

## **O CONCEITO DE BIOPODER EM FOUCAULT: APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS**

Jeferson Bertolini<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este artigo objetiva apresentar o conceito de biopoder em Foucault. Em resumo, biopoder é uma forma de governar a vida, em vigor desde o século 17, que busca otimizar um estado de vida na população para criar corpos economicamente ativos. O texto discute o biopoder foucaultiano com outros autores que tratam do mesmo tema e o dimensiona em nossos dias. O trabalho se justifica pela importância de Foucault, pela relevância do conceito e pela aplicabilidade do tema para compreender situações cotidianas, como políticas públicas de saúde e controle do sexo. O texto é baseado em estudo bibliográfico. O manuscrito conclui que biopoder é um conceito atual, que ajuda a entender, por exemplo, as intervenções do poder político na saúde da população.

**PALAVRAS-CHAVE:** Filosofia; Biopoder; Foucault; Corpo

### **THE CONCEPT OF BIOPOWER IN FOUCAULT: BIBLIOGRAPHIC NOTES**

#### **ABSTRACT**

This article aims to present the concept of biopower in Foucault. In short, biopower is a way of governing life, in force since the 17th century, which seeks to optimize a state of life in the population to create economically active bodies. The text discusses the Foucaultian biopower with other authors who treat the same theme and scale it in our day. The work is justified by the importance of Foucault, the relevance of the concept and the applicability of the theme to understand everyday situations, such as public health policies and gender control. The text is based on a bibliographic study. The manuscript concludes that biopower is a current concept, which helps to understand, for example, the interventions of political power in the health of the population.

**KEYWORDS:** Philosophy; Biopower; Foucault; Body

### **EL CONCEPTO DE BIOPODER EN FOUCAULT: APUNTES BIBLIOGRÁFICOS**

Este artículo tiene por objeto presentar el concepto de biopoder en Foucault. En resumen, el biopoder es una forma de gobernar la vida, en vigor desde el siglo 17, que busca optimizar un

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Humanas (UFSC). Mestre em Jornalismo (UFSC). Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo (Univali). Na academia, transita por temas das Ciências Humanas (sobretudo Sociologia, Psicologia, Filosofia, Antropologia e Ciência Política), do Jornalismo (teorias, fundamentos, tecnologias, rotinas) e da Comunicação Social (teorias, meios, efeitos, comunicação digital). Como jornalista, tem experiência em agência de notícias (reportagem), portais (reportagem, produção e edição multimídia), jornal impresso (reportagem, edição e fotografia), televisão (produção), rádio (reportagem) e revista (reportagem freelancer).

estado de vida en la población para crear cuerpos económicamente activos. El texto discute el biopoder foucaultiano con otros autores que tratan del mismo tema y lo dimensiona en nuestros días. El trabajo se justifica por la importancia de Foucault, por la relevancia del concepto y por la aplicabilidad del tema para comprender situaciones cotidianas, como políticas públicas de salud y control del sexo. El texto se basa en un estudio bibliográfico. El manuscrito concluye que el biopoder es un concepto actual, que ayuda a entender las intervenciones del poder político en la salud de la población.

**PALABRAS CLAVE:** Filosofia; Biopoder; Foucault; Cuerpo

## Introdução

O pensador francês Michel Foucault (1926-1984) foi um dos teóricos mais inquietantes da modernidade. Escreveu sobre temas cotidianos, como sexo e relações de poder/saber. Um de seus conceitos mais notórios chama-se *biopoder*.

Em resumo, biopoder refere-se a uma técnica de poder que busca criar um estado de vida em determinada população para produzir corpos economicamente ativos e politicamente dóceis.

Este texto objetiva apresentar o conceito de biopoder, ladeá-lo com outros autores que tratam do mesmo tema e dimensioná-lo em nossos dias. Faz isso (a) pela importância de Foucault, (b) pela relevância do conceito e (c) pela aplicabilidade do tema para compreender situações cotidianas, como políticas públicas de saúde e como o estabelecimento de normas em relação ao sexo (meio para reprodução da espécie).

Este é, portanto, um estudo bibliográfico. “A pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto. Ela propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, ajudando a chegar a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

Não há regras fixas à realização do estudo bibliográfico. Em geral, explora-se fontes bibliográficas (livros, revistas científicas, teses e afins); faz-se a leitura do material (deve-se reter o essencial); elabora-se fichas de leitura (resumos); e analisa-se as fichas (para avaliar os dados). “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de ela permitir ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que se poderia pesquisar diretamente” (GIL, 1995, p. 73).

O texto está dividido em três seções. A primeira apresenta o conceito de biopoder em Foucault. A segunda traz apontamentos contrários ao modelo de Foucault, citando sobretudo Agamben (2002). A terceira traz contribuições contemporâneas sobre biopoder.

O manuscrito conclui que biopoder é um conceito atual, que ajuda a entender, por exemplo, as intervenções do poder político na saúde da população.

### **O biopoder em Foucault**

Biopoder é uma forma de governar a vida. Foi posta em prática no Ocidente a partir do século 17 (FOUCAULT, 2012). Divide-se em dois eixos principais: *disciplina*, o governo dos corpos dos indivíduos; e *biopolítica*, o governo da população como um todo.

Antes de o biopoder vigorar predominava um tipo de poder soberano, que dispunha do direito de vida e de morte sobre os súditos e operava pelo *fazer morrer* e pelo *deixar viver*. Era inspirado no *pátria potestas*, um mecanismo jurídico que concedia ao pai de família romano o direito de dispor da vida dos filhos, uma vez que a tinha dado.

Com o biopoder, o poder de morte converteu-se no complemento de um poder que se exerce positivamente sobre a vida, interferindo em sua gestão, na sua majoração e em sua multiplicação. Transformou-se no exercício, sobre a vida, de controles precisos e de regulações de conjunto.

Nesta inversão de morte e vida, o princípio de poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre Estados. Mas a existência em questão já não era aquela jurídica da soberania, era outra: biológica, da população. O velho direito de *causar a morte* ou *deixar viver* foi substituído pelo poder de *causar a vida*. “Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação. A morte é o limite, o momento que lhe escapa. Ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais privado” (FOUCAULT, 2012, p. 151).

Este movimento em favor da vida levou o poder político a assumir a tarefa de gerir a vida das pessoas por meio da *disciplina* e da *biopolítica*. Estas duas técnicas de poder, tratadas em detalhes adiante, não se excluem. São interligadas por um feixe intermediário de relações.

A disciplina, a partir do século 17, centrou-se no corpo como máquina. Focava seu adestramento. Agia na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos. Tudo era assegurado por procedimentos de poder que caracterizam a disciplina (anátomo-política do corpo humano).

A biopolítica, a partir da metade do século 18, centrou-se no coletivo. Incidia no controle da proliferação, dos nascimentos, da mortalidade, do nível de saúde, da duração da

vida, da longevidade. Tais processos são assumidos mediante uma série de intervenções e controles reguladores (biopolítica da população).

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação, durante a época clássica, desta tecnologia de duas faces – anatômica e biológica –, individualmente e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida, caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo (FOUCAULT, 2012, p.152).

Na perspectiva foucaultiana, a era do biopoder nasce com o desenvolvimento de disciplinas diversas (como Exército, conventos, escolas e hospitais) no decorrer da época clássica; no aparecimento dos problemas de natalidade, de saúde pública, de habitação e de migração no terreno das práticas políticas e observações econômicas; e na explosão de técnicas diversas para se obter a sujeição dos corpos e o controle das populações.

No século 18, as duas formas que configuram o biopoder operavam separadas: do lado da disciplina predominavam instituições como o Exército e valorizavam-se as reflexões sobre a tática, a aprendizagem e a adequação sobre a ordem das sociedades; do lado da biopolítica estavam a demografia, a estimativa da relação entre recursos e habitantes, a tabulação das riquezas e sua circulação.

Para Foucault (2012), o biopoder foi indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, pois o capitalismo só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos nos aparelhos de produção e por meio de um ajustamento de fenômenos de população aos processos econômicos.

Se o desenvolvimento dos aparelhos de Estado garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e o sustentam; operam, também, como fatores de segregação e hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas forças e procedimentos múltiplos (FOUCAULT, 2012, p. 154).

O desenvolvimento do capitalismo se deve, ainda, ao que o autor chama de entrada da vida na história. Trata-se do desenvolvimento dos conhecimentos a respeito da vida em geral, como a melhoria das técnicas agrícolas, as observações e medidas visando à vida e à sobrevivência dos homens. Ocorreu em países ocidentais a partir do século 18 porque “um

relativo domínio sobre a vida afastava algumas iminências da morte”. “O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter corpo, condições de existência, probabilidade de vida. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete no político (...). É o fato do poder encarregar-se da vida, mais do que a ameaça de morte, que lhe dá acesso ao corpo” (FOUCAULT, 2012, p. 155).

Do ponto de vista foucaultiano, a entrada da vida na história foi mais determinante ao capitalismo do que a moral ascética descrita por Max Weber (1864-1920) em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904). Ao estudar religiões na Europa, na China e na Índia, Weber (2013) notou que a emergência do capitalismo se deu a partir de uma relação moral entre os homens e seu trabalho, determinada por uma vocação. A vocação, entre os protestantes, aparece como tarefa ordenada por Deus, como a única maneira de viver aceitável por Ele e como expressão de amor ao próximo. “Fora de uma vocação bem sucedida, as realizações do homem são apenas casuais e irregulares, e ele gasta mais tempo na vadiagem do que no trabalho” (WEBER, 2013, p. 52).

É no contexto do homem na esfera política que nasceu a expressão que, em muitas obras, define o biopoder: “O homem, por milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão” (FOUCAULT, 2012, p. 156).

Para o autor, uma consequência do biopoder foi a importância crescente da norma, atrelada ao sistema jurídico da lei. Até hoje, em alguns casos, a lei ameaça com a morte. “Mas um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos (...). Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (FOUCAULT, 2012, p. 157).

### **A oposição ao conceito de biopoder em Foucault**

A perspectiva de biopoder de Foucault (2012) não é unanimidade. Agamben (2002), por exemplo, diz que o biopoder existe desde o mundo antigo. Fassin (2006), para citar outro caso emblemático, afirma que o modelo foucaultiano peca ao ignorar Hannah Arendt (1906-1975).

Arendt (2005) analisa a relação entre a vida do *homo laborans* e a vida do *homo politicus*. No detalhe, trata do processo que leva o *homo laborans* e, com ele, a vida biológica, a ocupar o centro da cena política. Ao fazer esta análise, a autora retrata a decadência do

espaço público na sociedade moderna, destacando o primado da vida natural sobre a ação política (CORREIA, 2005).

Na perspectiva arendtiana, o (i) trabalho ganhou tanta importância na modernidade que o homem perdeu sua capacidade de ação política e sua colocação no espaço público. O fato de o trabalho ter sido colocado acima da (ii) obra e da (iii) ação, as outras atividades humanas a que a autora se detém, fragiliza a ação política e inviabiliza um espaço público, plural e autônomo de deliberação e iniciativa.

O (i) trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano. Sua finalidade é satisfazer necessidades básicas da vida. O trabalho não deixa nenhuma marca durável, pois seu resultado desaparece no consumo. É uma atividade na qual o homem está sozinho com seu corpo ante à necessidade de manter-se vivo. Por isso é uma atividade antipolítica: aquele que está aprisionado ao trabalho jamais conservará as marcas distintivas da pluralidade, pois se ocupa apenas de tarefas para vencer os imperativos da necessidade, indissociáveis do estar vivo.

A (ii) obra produz um mundo artificial de objetos. Trata-se de uma atividade que possui um começo preciso e um fim determinado num objeto durável, utilizada para fins que não são propriamente os da vida biológica. Na obra, o fim é atingido quando o objeto está acabado. No trabalho, a atividade só chega ao fim quando o organismo morre. “A obra de nossas mãos, diferentemente do trabalho de nossos corpos, fabrica a variedade infinita das coisas do mundo em que vivemos. Tais coisas não são bens de consumo, mas objetos de uso, e seu uso adequado não causa desaparecimento” (ARENDT, 2005, p. 183).

A (iii) ação é a atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação dos objetos ou da matéria. Essa atividade corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo. Trata-se de um lembrete que diz que, embora tenha que morrer, o homem não nasceu para morrer, mas para criar algo novo, para participar publicamente da mudança.

Para Arendt (2005), a vida, em seu sentido não biológico, se manifesta na ação e na fala. Por isso a importância do espaço público. “Com a palavra e o ato nós nos inserimos no mundo humano, e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato bruto de nosso aparecimento físico original” (ARENDT, 2005, p. 190).

Do ponto de vista arendtiano, a vida ativa foi descrita por aqueles que seguiam o modo da vida contemplativo, como o cristianismo e a filosofia. A vida ativa era relegada à mera atividade de prover a subsistência. A vida contemplativa era superior. Assim, na era

antiga a ação tinha mais importância, enquanto na era moderna nota-se a glorificação do trabalho produtivo.

Agamben (2002), por sua vez, afirma que as análises de Foucault (2012) e de Arendt (2005) sobre a vida não podem ser separadas. O conceito agambiano de vida nua, aquela que se mantém à margem do poder e que pode ser submetida e até aniquilada, é o foco por meio do qual o autor procura fazer convergir estes dois pontos de vista. “A implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário, ainda que encoberto, do poder soberano”. “Pode-se dizer, aliás, que a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano. A biopolítica é, nesse sentido, tão antiga quanto à exceção soberana” (AGAMBEN, 2002, p. 14).

O autor (ibid) argumenta, porém, que Foucault (2012) não fez uma análise do campo de concentração e que Arendt (2012), por se dedicar, no segundo pós-guerra, à estrutura dos estados totalitários, esbarra na falta de qualquer perspectiva biopolítica.

Na classificação agambiana, biopoder é o sentido oculto de todas as formas de poder do mundo antigo até hoje. Pois todo poder repousa, em última instância, sobre a capacidade de um tomar a vida do outro. Há um poder sobre a vida, fundamentado na possibilidade de morte. De forma particular, o biopoder serve para explorar os momentos de estado de exceção, quando um Estado suspende a lei em nome da autodefesa nacional.

Agamben (2002) pensa o biopoder entre *bios* (a maneira de viver própria de um indivíduo ou grupo) e *zoé* (a vida nua, aquela que pode ser aniquilada e que exprime o fato de viver comum a todos os seres vivos). Sustenta que o surgimento do biopoder na modernidade marca o ponto no qual a vida biológica dos sujeitos entra na política e pertence ao Estado.

Assim, o autor considera o holocausto como exemplar do biopoder. O último controle do soberano ou do Estado sobre as vidas de seus sujeitos ocorre nos campos de concentração do nazismo. Neles, os habitantes são expropriados de tudo, restando apenas a sua vida nua, que é colocada nas mãos do poder sem apelação. Os campos constituem um espaço de exceção, no qual não apenas a lei é suspensa, mas fato e direito se confundem.

O nascimento do campo em nosso tempo surge, então, como um evento que marca de modo decisivo o próprio espaço político da modernidade. Ele se produz no ponto em que o sistema político do estado-nação moderno, que se funda sobre o nexos funcional entre uma determinada localização (o território) e um determinado ordenamento (o Estado), mediado por regras automáticas de inscrição na vida (o nascimento ou nação), entra em crise duradoura, e o Estado decide assumir diretamente entre as próprias funções os cuidados da vida biológica da nação (AGAMBEN, 2002, p. 181).

O holocausto é visto como uma configuração que o biopoder moderno pode adquirir. Os racismos permitem ao poder subdividir uma população em subespécies, para designá-las em termos de um substrato biológico, e para iniciar e sustentar um conjunto de relações dinâmicas nas quais a exclusão, o encarceramento ou a morte daqueles que são inferiores pode ser vista como algo que tornará a vida em geral mais saudável e mais pura.

Agamben (2004) entende que os tempos atuais não são de normalidade. São de consolidação do estado de exceção como paradigma de governo. Pois, com as estruturas públicas ameaçadas ou em extinção, a suspensão da ordem jurídica passa a ser encarada com naturalidade e a se tornar regra. “O totalitarismo moderno pode ser definido como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político” (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Na classificação do autor, o Terceiro Reich pode ser considerado, do ponto de vista jurídico, como um estado de exceção que durou 12 anos. Na definição dele, “estado de exceção não é um direito especial (como o direito de guerra), mas, como suspensão da própria ordem jurídica, define seu patamar ou seu conceito limite”. “O estado de exceção moderno é uma tentativa de incluir na ordem jurídica a própria exceção, criando uma zona de diferenciação em que fato e direito coincidem” (AGAMBEN, 2004, p. 15-42).

Para Rancière (2010), a reflexão política não gira em torno de modos de vida, como vida nua em Agamben (2002) e vida do *homo laborans* em Arendt (2005). Gira em torno do que chama de duas formas de partilha do sensível: política e polícia. Este autor inverte o sentido habitual dessas estruturas de poder:

Chamamos geralmente pelo nome de política o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar outro nome a essa distribuição e ao sistema dessas legitimações. Proponho chamá-la de polícia (RANCIÈRE, 1996, p. 41).

Nestes termos, o social não é um problema do poder ou uma produção do poder. É a regra de partilha entre política e polícia. “A polícia é uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa” (RANCIÈRE, 1996, p. 42).

Para o autor, o social é pensado (1) como um conjunto de grupos, lugares e funções que a lógica policial identifica no todo da comunidade (aqui se dá a gestão da vida, a



produção de formas de individuação implicadas na noção de biopoder); (2) como dispositivo de subjetivação, construído por esses sujeitos que contestam a naturalidade desses lugares e funções, fazendo valer aquilo que chama de parte dos sem-parte; (3) como invenção da metapolítica moderna (o social como verdade escamoteada da política).

### **O biopoder em temas atuais**

Biopoder incide sobre temas clássicos, como as políticas de natalidade, mas também sobre assuntos contemporâneos, como a tecnologia de genomas para a reprodução e seleção da espécie.

Para Hard e Negri (2012), a soberania moderna (típica do Estado nação, com poder central exercendo monopólio sobre o território) já deu lugar à soberania pós-moderna (com fronteiras flexíveis). Esta transformação filosófica está ligada a mudanças econômicas e culturais da sociedade pós-moderna, novas formas de racismo, novas formas de identidade, novas redes de comunicação e novos fluxos de migração.

Estes autores dizem que, com o mercado global e com os circuitos globais de produção, surgiu uma ordem global, uma lógica e estrutura de comando, uma nova forma de supremacia. “A soberania tomou nova forma, composta de uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica ou regra única. Esta nova forma global de economia é o que chamamos de Império” (HARD; NEGRI, 2012, p. 12).

O Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. Trata-se de um aparelho de descentralização e de desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. “Na pós-modernização da economia global, a produção de riqueza tende cada vez mais ao que chamaremos de produção biopolítica, a produção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro” (HARD; NEGRI, 2012, p. 13).

Na perspectiva dos autores, Império não é uma metáfora. É um conceito com três características gerais: (1) o poder exercido pelo Império não tem limites e postula um regime que abrange todos os espaços e governa todo o mundo civilizado; (2) o Império se apresenta como um regime sem fronteiras temporais; (3) o objeto de seu governo é a vida social como um todo, e assim o Império se apresenta como forma de biopoder.

Eles definem biopoder como “forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e rearticulando-a”. A função mais elevada desse poder é envolver a vida totalmente, e sua tarefa primordial é administrá-la. “O biopoder, portanto, se refere a uma situação na qual o que está em jogo no poder é a produção e a reprodução da própria vida (...). No Império e seu regime de biopoder, produção econômica e constituição política tendem, cada vez mais, a coincidir” (HARD; NEGRI, 2012, p. 43-60).

Rabinow (2006) afirma que, apesar de o conceito de biopoder em Foucault (2012) ter sido introduzido há mais de 30 anos, este campo contestado de problemas e estratégias está mais crucial e enigmático do que nunca.

Atualmente, diz o autor, o termo “biopoder serve para trazer à tona um campo composto por tentativas mais ou menos racionalizadas de intervir sobre as características vitais da existência humana”. Já o termo biopolítica “abarca todas as estratégias específicas e contestações sobre as problematizações da vitalidade humana coletiva, morbidade e mortalidade, sobre as formas de conhecimento, regimes de autoridade e práticas de intervenção que são desejáveis, legítimas e eficazes” (RABINOW, 2006, p. 28).

No plano geral, acrescenta o autor (ibid, p. 29), o conceito de biopoder designa um plano de atualidade que deve incluir, no mínimo, três elementos:

(1) um ou mais discursos de verdade sobre o caráter vital dos seres humanos, e um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar aquela verdade. Estes discursos de verdade não podem ser biológicos no sentido contemporâneo da disciplina; eles podem hibridizar os estilos biológico e demográfico ou mesmo sociológico de pensamento, como nas relações contemporâneas de genômica e risco, unificadas na linguagem de suscetibilidade.

(2) estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte, inicialmente endereçadas a populações que poderiam ou não ser territorializadas em termos de nação, sociedade ou comunidades pré-dadas, mas que também poderiam ser especificadas em termos de coletividades biosociais emergentes, algumas vezes especificadas em termos de categorias de raça, etnicidade, gênero ou religião, como nas formas recentemente surgidas de cidadania genética ou biológica.

(3) modos de subjetivação, pelos quais os indivíduos são levados a atuar sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em relação a discursos de verdade, por meio de práticas do *self*, em nome de sua própria vida ou saúde, de sua família ou de alguma outra coletividade, ou inclusive em nome da vida ou saúde da população como um todo.

Rabinow (2006) entende que Hard e Negri (2012) fazem uma leitura neomarxista da atualidade, pois, no fundo, dizem que o biopoder moderno busca uma espécie de mais-valia do corpo humano. Ele também discorda de Agamben (2002) quando este se refere aos campos do nazismo como modelo biopolítico, porque “o holocausto não é o princípio subjacente de todas as formas de biopoder nas sociedades liberais contemporâneas” e “tampouco é útil utilizar este diagrama para analisar todas as instâncias contemporâneas de tanato-política, das mortes em Ruanda à epidemia da Aids na África”.

### **Considerações finais**

Biopoder não é algo do passado. É algo atual, presente. Trata-se de um conceito que ajuda a entender temas contemporâneos que dizem respeito às populações, sobretudo no âmbito do corpo.

Um exemplo notório a este respeito são as técnicas de reprodução assistidas: mais do que interferir mecanicamente nos ciclos reprodutivos de determinada população, permitem a escolha de características físicas, como a cor dos olhos do bebê (há ainda uma série de escolhas que visariam sujeitos melhorados, mas que não são executadas em obediência à ética médica).

Outro exemplo são os fluxos migratórios na Europa, onde populações inteiras enfrentam uma espécie de racismo: ao cruzar fronteiras em busca de paz, esses povos enfrentam um preconceito coletivo, como outrora se viu no âmbito das raças (aqui, a raça considerada inferior é tida como uma ameaça à sobrevivência de todos).

Há, ainda, as doenças emergentes que ameaçam populações inteiras e que permitem ao poder político intervir na vida dos habitantes. No Brasil, isso ocorreu recentemente no caso da epidemia de zika, na qual o governo chegou a intervir até mesmo nos hábitos sexuais da população (sob o pretexto de risco de danos cerebrais em bebês).

Foucault (2012) diz que o sexo está na articulação das duas tecnologias de poder que formam o biopoder: a disciplina, que busca controlar o corpo do indivíduo; e a biopolítica, que age no conjunto da população, regulando comportamentos. “De um lado, da parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia de energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz” (FOUCAULT, 2012, p. 158).

O autor observa que a partir do século XVI a humanidade foi incitada, pelo poder econômico e político, a falar de sexo no consultório médico, na escola e na Igreja. Tal processo intensificou-se a partir do século XVIII e abasteceu áreas como medicina, psicologia, psiquiatria, moral e pedagogia porque os discursos eram sob forma de análise, contabilidade, classificação e especificação.

Para Foucault, o sexo dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todos um micropoder sobre o corpo. Mas também dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o grupo social.

O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância. Mas vêmo-la também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização (...). De um polo a outro dessa tecnologia do sexo escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações (FOUCAULT, 2012, p. 159).

Foucault entende que ao longo da história houve a passagem da sociedade do sangue (honra da guerra, triunfos da morte, soberano com gládio, verdugo e suplícios, o poder de falar através do sangue, poder derramar o sangue, ter um certo sangue, ser do mesmo sangue, arriscar o próprio sangue) a uma sociedade do sexo (os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que lhe faz proliferar).

O autor observa que a passagem da sociedade do sangue (ligada ao soberano) à sociedade do sexo (ligada à norma) não resume, por si só, as transformações que marcam o limiar da nossa modernidade. Entretanto, ele busca destacar a passagem de uma *simbólica do sangue* a uma *analítica da sexualidade*. “Não é difícil ver que, se há algo que se encontra do lado da lei, da morte, da transgressão e da soberania, é o sangue; a sexualidade está do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e regulamentações” (FOUCAULT, 2012, p. 161).

Foucault (2012) diz que a analítica da sexualidade e a simbólica do sangue podem pertencer a regimes de poder bem distintos, mas não se sucederam sem justaposições, interações e ecos. Para o autor, o racismo, em sua forma moderna, se forma nesse encontro.

Pois toda uma política do povoamento, família, casamento, educação, hierarquização social, propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes no nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida cotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça.

O autor observa que a sexualidade se tornou, no século XIX, um campo cuja importância estratégica foi fundamental aos governantes.

Eu creio que, se a sexualidade foi importante, foi por uma porção de razões, mas em especial houve estas: de um lado, a sexualidade, como comportamento corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente (e os controles da masturbação exercidos sobre as crianças desde o fim do século XVIII até o século XX, e isto no meio familiar, escolar, etc); e depois, por outro lado, a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo, mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população (...). A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação (FOUCAULT, 2010, p. 211).

Ele acrescenta que a valorização médica da sexualidade no século XIX se deveu a essa posição entre organismo e população, entre corpo e fenômenos globais. Vem daí, também, a ideia de que a sexualidade, quando indisciplinada e irregular, ameaça tanto o indivíduo, por conta das doenças, quanto à sociedade, pelas ameaças ao coletivo e por se supor que aquele que foi devasso sexualmente terá filhos devassos.

Foucault (2010, p. 212) entendia que “a sexualidade, na medida em que está no foco de doenças individuais, e uma vez que está, por outro lado, no núcleo da degenerescência, representa esse ponto de articulação do (poder) disciplinar e do (poder) regulamentador, do corpo e da população”. Nesse contexto, a medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos reguladores (FOUCAULT, 2010, p. 212).

No entender do autor, é a norma que ligará o disciplinar e o regulador. “A norma é o que pode tanto se aplica a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam a norma da disciplina e a norma da regulamentação” (FOUCAULT, 2010, p. 213). Nasce, daí, a sociedade da normalização. Trata-se de uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Isso diz respeito ao

biopoder. Trata-se de um poder que se incumbiu tanto do corpo quanto da vida, ou se incumbiu da vida geral, com o polo do corpo e o polo da população.

Foucault (2015, p. 344) observa que a sexualidade passou a ser considerada “o lugar privilegiado em que nossa verdade profunda é lida, é dita”. Ele observa que “a partir do cristianismo, o Ocidente não parou de dizer *para saber quem és, conheças teu sexo*”. A confissão está neste contexto. Ela é “o exame de consciência, toda uma insistência sobre os segredos (...). Foi uma forma de colocar a sexualidade no centro da existência e de ligar a salvação ao domínio de seus movimentos obscuros. O sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso” (FOUCAULT, 2015, p. 344).

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I; tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002
- \_\_\_\_\_. **Estado de exceção**; tradução de Iraci Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004
- ARENDETT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2005
- CORREIA, Adriano. **Prefácio**. In: ARENDETT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2005
- FASSIN, Didier. **La biopolitique n'est pas une politique de la vie**. *Revue Sociologie et sociétés*, l'Université de Montréal, l'Université Laval et l'Université du Québec à Montréal, v. 38, n.2, 2006
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber; tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012
- \_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**. 2 ed. tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**; tradução de Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**; tradução de Berilo Vargas. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**; 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003

RABINOW, Paul. **O conceito de biopoder hoje**. In: Revista de Ciências Sociais, n. 24, 2006

RANCIÈRE, Jacques. **Biopolítica ou política?** In: Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas, v. 1, n. 15, Udesc, Florianópolis, 2010

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*; tradução de Vinicius Eduardo Alves. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2013